

HABEAS CORPUS Nº 638.789 - SP (2021/0002501-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : THIERS RIBEIRO DA CRUZ
ADVOGADO : THIERS RIBEIRO DA CRUZ - SP384031
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONE DONIZETE CLARO (PRESO)
OUTRO NOME : JONE DONISETTE CLARO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONE DONIZETE CLARO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 11/08/2020 e posteriormente denunciado como incurso no art. 155, *caput*, do Código Penal. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal local, visando a soltura do paciente.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que o paciente seja colocado em liberdade, alegando para tanto a ofensa ao art. 93, IX, da CF e art. 315, § 2º, do CPP, em razão da insuficiência de fundamentação do decreto prisional.

Ademais, requer a concessão de liberdade provisória ao paciente, mediante a imposição de medidas cautelares alternativas ao cárcere, nos termos do art. 319 do CPP, ou prisão domiciliar, tendo em vista a situação de risco decorrente da pandemia de coronavírus (Covid-19).

Por fim, pugna pelo relaxamento da custódia cautelar, em virtude do manifesto excesso de prazo para formação da culpa, bem como em razão da inobservância ao disposto no art. 316, parágrafo único, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente